

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SOBRE O INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS

Neide da Silva Campos
Siméia de Oliveira Soares Valentina

RESUMO: Esta pesquisa tem como objeto de estudo compreender o processo de educação inclusiva, com o olhar direcionado para as pessoas com deficiência auditiva. Nesse sentido, os objetivos, pretendidos foram: entender as relações estabelecidas pela prática pedagógica na relação intérprete/professor/alunos, compreender qual o papel do intérprete na escola e compreender a metodologia aplicada pelos professores e intérpretes na busca de promover a inclusão dos alunos surdos. Pesquisa qualitativa, com ênfase para o estudo de caso, o *lócus* da pesquisa foi uma Escola Municipal em Tangará da Serra-MT. Os instrumentos metodológicos basearam-se na observação em sala de aula, questionário, entrevistas semiestruturada, bem como análise documental. Os sujeitos pesquisados foram os professores, os intérpretes, os alunos ouvintes e os alunos com deficiência auditiva, das 7^a e 8^a séries do ensino fundamental. Os dados permitiram compreender que é preciso uma formação continuada constante junto à comunidade escolar, principalmente com relação aos docentes, não somente no sentido de compreensão da inclusão do deficiente auditivo, mas também acerca do entendimento que se tem do intérprete. Observamos que para uma melhor efetivação da prática pedagógica, é necessário um diálogo maior entre o professor e intérprete. O acesso dos alunos com deficiência no ensino regular até a chamada educação inclusiva perpassa por uma concepção de educação para todos, pautados nas diversidades em relação ao contexto educativo. O que podemos concluir nesse dado momento, é que a inclusão educativa ainda se configura como um projeto de vir a ser. As políticas públicas por si só não garantem a efetivação de práticas inclusivas, é preciso transpor as leis e incluir para além do discurso, ações concretas que viabilizam a educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, Pessoas com Deficiência Auditiva, Intérprete Educacional.



ABSTRACT: This research has as object of study the understanding of the of inclusive education process, with a directed gaze toward to people with hearing impairment. Thus the intended objectives were: to understand the relationships established by the pedagogical practice in relation interpreter / teacher / students; to understand the role of the interpreter in school and understand the methodology applied by teachers and interpreters seeking to promote inclusion of deaf students. Qualitative research, with emphasis on study case research, the *locus* of this research was a municipal school in Tangará da Serra – MT. The methodological instruments were based on classroom observation, questionnaire, *semi* structured interviews as well as document analysis. Study subjects were teachers, interpreters, hearing students and students with hearing loss, from 7th and 8th grades of elementary school. The data led to the understanding that it's necessary a constant continuous formation along the school community, particularly concerning the teachers, not only in the sense of understanding of the inclusion of the hearing impaired, but also about the understanding one has of the interpreter. We observed that for a better implementation of the pedagogical practice, a greater dialogue is needed between teacher and interpreter. The access of students with disabilities in regular education until the called inclusive education goes through a comprehensive vision of education for all, graded in the diversity in relation in the educational context. We can conclude in this very moment that inclusive education is still configured as a project to become, public policies alone do not guarantee the effectiveness of inclusive practices, it is necessary to trespass the laws and include further to the speech, concrete actions that enable inclusive education.

KEYWORDS: Inclusive Education, People with hearing Loss, Educational Interpreter



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SOBRE O INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS

Neide da Silva Campos
Siméia de Oliveira Soares Valentina

Esta pesquisa teve como objeto de estudo compreender o processo de educação inclusiva, com o olhar direcionado para as pessoas com deficiência auditiva. Quando nos referimos à educação inclusiva, temos a clareza que esta não versa tão somente a respeito da pessoa com deficiência, considera-se como educação inclusiva aquela educação que dê conta de uma realidade multifacetada e dinâmica, aberta as todas as diversidades de culturas e as especificidades de cada sujeito no contexto escolar, uma educação que vai ao sentido de abarcar também as questões indígenas, as questões étnico-raciais, as questões geracionais e de gênero, entre outros, multiplicidade essa muitas vezes condicionada a invisibilidade na escola, e com isso garantir e consolidar uma educação que seja para todos no ensino público regular. Uma educação que não nega as especificidades de cada sujeito, mas antes vai ao encontro de cada singularidade, no sentido de promover uma educação que contemple as diversidades em relação. Atentas a isso, nesse trabalho estaremos direcionando nossa ótica para compreender a educação inclusiva na realidade da pessoa com deficiência auditiva.

Além da compreensão do processo de inclusão das pessoas com deficiência auditiva, o presente trabalho também buscou analisar a importância da educação inclusiva e analisar o papel do intérprete da língua de sinais no contexto escolar.

A pesquisa teve como enfoque a abordagem qualitativa (MINAYO, 2007; SEVERINO, 2008), com ênfase para o estudo de caso. A pesquisa empírica foi desenvolvida em uma Escola Municipal em Tangará da Serra-MT, em 2011. A escolha específica desta escola ocorreu pelo fato da mesma fazer parte do programa de inclusão do deficiente auditivo.

Os instrumentos metodológicos basearam-se na observação em sala de aula, questionário, entrevistas, bem como análise documental, no que se refere a alguns documentos. Os sujeitos da pesquisa foram os professores, os intérpretes, os alunos ouvintes e os alunos com deficiência auditiva, da 7^a e 8^a séries. A pesquisa de campo nos possibilitou compreender melhor como de fato vem ocorrendo à educação inclusiva na escola pesquisada, bem como entender as relações estabelecidas pela prática pedagógica na relação intérprete/professor/alunos, bem como compreender qual o papel do intérprete na escola.

Educação inclusiva: uma breve consideração

A educação inclusiva se configura como um desafio constante no contexto da educação brasileira. Esse desafio que deve ser compreendido como o caminho para o crescimento, não só do aluno “especial”, mas também de todos os que fazem parte desse processo. Glat afirma que a escola inclusiva primeiramente deve respeitar as deficiências e as diferenças:

Diferentemente do que afirma o ensino inclusivo, em que respeita as deficiências e diferenças, reconhece que todos nós somos diferentes, e que as escolas e os velhos paradigmas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educando, tenham eles ou não algum tipo de necessidade especial. (GLAT, 1995, p. 21).

No entanto, garantir a inclusão e um ensino de qualidade para os alunos especiais, não é algo conquistado rapidamente, pelo contrário, trata-se de um processo contínuo que envolve muitas transformações na escola, tanto nos quesitos estruturais, como na adaptação ambiental, proporcionando a acessibilidade, como também uma metodologia de ensino capaz de suprir as limitações de cada aluno, seja ele com deficiência ou não.

Dessa maneira, a escola deve se adaptar as necessidades dos alunos com deficiências, seja na parte metodológica, buscando recursos que garantam a aprendizagem ou na parte física, como rampas, banheiros adaptados, entre outros, que possam garantir a acessibilidade desses alunos, para que dessa forma ele não se sinta excluído, mas sim motivado para continuar trilhando esse caminho em busca da realização plena enquanto cidadão. Em relação às diferenças e dificuldades dos alunos, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica destaca:

A educação inclusiva envolve um processo de preocupação do que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho na sala de aula. (MEC/ SEESP, 2001, p.12).

Assim, para termos um sistema educacional inclusivo, é preciso inicialmente considerar que todos os alunos podem aprender, posteriormente devem ser respeitadas e reconhecidas às diferenças de idade, de sexo, de etnia, de língua, de deficiências ou de inabilidades, para que o processo metodológico possa atender às necessidades de todos os alunos. Glat observa que a inclusão trata-se de um processo dinâmico, construído diariamente pela escola:

Ter a visão de inclusão é ter a consciência que esse sistema educacional constitui-se de um processo abrangente, dinâmico, que evolui constantemente, não limitado ou restrito por salas de aulas numerosas, nem por falta de recursos adequados. Se realmente as novas políticas educacionais buscam uma educação inclusiva, deve-se com urgência fazer uma redefinição de planos, traçados na meta de fazermos uma escola voltada para a cidadania global, plena livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças. (GLAT, 1995, p. 23).

Pode-se compreender que a escola inclusiva constitui-se como um processo contínuo, sendo reorganizada e redefinida conforme as necessidades presentes no cotidiano escolar. Ela deve ser avaliada a todo o momento para que não se torne um projeto desenvolvido apenas no papel, sem nenhuma utilidade e resultados satisfatórios.

Entende-se que a inclusão escolar dos alunos com deficiências não se limita apenas a matriculá-los em turmas regulares, esse processo é mais complexo e não demanda apenas de boa vontade do educador, a inserção desses educandos envolve primeiramente a compreensão das necessidades de cada um e a adequação das instituições, para que assim possam promover de fato a inclusão dessas pessoas no ensino regular.

Atualmente os sistemas educacionais revelam grandes dificuldades para atender as pessoas com deficiência na escola regular que podem necessitar de apoio para a sua educação.

Desse modo fazem-se necessárias adequações curriculares, e tanto instituições e profissionais se prepararem para receber estas crianças. “As necessidades da educação especial abrangem vários aspectos que exigem custos

elevados, profissionais de alto nível, equipamentos materiais didáticos especiais”. (MONTOAN, 1997, p. 21). Isto supõe, diante da carência do próprio ensino comum, que seja resguardado um adequado padrão de atendimento para a educação inclusiva.

Considerações acerca da inclusão das pessoas com deficiência auditiva e sobre o intérprete da língua de sinais

O processo de coleta de dados empíricos foi importante, pois desvelou aspectos relevantes da realidade escolar. Durante as aulas observadas, notou-se que os professores regentes não promoveram a interação entre os alunos ouvintes e deficientes auditivos. Pois, essa interação ficou na responsabilidade do intérprete. Como também, a participação entre os alunos com deficiência auditiva e os alunos ouvintes na aula só se fez presente quando o intérprete auxiliava-os na comunicação com os outros alunos ou na exposição de suas dúvidas e opiniões em relação ao assunto abordado.

Outro aspecto interessante verificado foi à realização de trabalhos em grupos, esses em que eram divididos em alunos deficientes auditivos e entre os outros alunos da sala, ou seja, um grupo era formado apenas pelos alunos surdos. De acordo, com os professores regentes essa divisão se faz necessária, pois facilita o auxílio e a explicação sobre a atividade a ser desenvolvida pelos intérpretes aos Deficientes Auditivos.

No decorrer da observação não percebeu diferença no tratamento aos alunos deficientes auditivos dos outros alunos. Na realidade, a maioria dos alunos demonstrou preocupação com o DA, se eles estavam compreendendo os conteúdos abordados ou se necessitavam de ajuda para entendê-los.

Um fato bastante relevante observado, foi a não interação entre professores e intérpretes, cada uma adota uma metodologia, em que eles julgam como a mais adequada, porém, como afirma um dos intérpretes:

Nós intérpretes, ficamos sabendo do conteúdo no mesmo instante que os alunos. Não há a interação entre nós e os professores, cada um adota a metodologia de ensino que julgar ser a mais conveniente. (I1).

Além de não haver essa união entre os professores e os intérpretes, também foi observado que os educadores não demonstraram ter conhecimento com a língua de sinais, que fica a cargo do intérprete transmitir as informações, conhecimentos e salientar as dúvidas levantadas no decorrer das aulas. Isso demonstra claramente a questão da formação continuada desde educadores para lidar com a diversidade encontrada em sala de aula, muitas vezes “sem apoio especializado ou sem preparação anterior” (FARIA, 2007, p.12). Nesse sentido, o que observa é a fragmentação do trabalho docente e a precarização da educação.

Para Lacerda “O que deve ser discutido e valorizado é a interação entre o intérprete e o professor regente da classe”. (LACERDA, 2000, p. 54). O trabalho em conjunto entre esses profissionais, a divisão de tarefas e responsabilidades refletirá em um ambiente harmonioso e possibilitará a interação e o aprendizado a todos os alunos.

Os intérpretes mostraram preocupação com o aprendizado dos deficientes auditivos, em vários momentos esses profissionais questionaram aos DA sobre o seu entendimento em relação aos conteúdos abordados nas aulas. Quando os alunos surdos tinham alguma dúvida e os intérpretes não conseguiam saná-las, pediam auxílio aos professores para orientá-los.

Assim como os professores os alunos não compreendem LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, a comunicação só é mantida através do auxílio do intérprete. Porém, alguns alunos afirmaram que com o convívio conseguem entender um pouco da língua de sinais, conforme analisa um dos alunos entrevistados: “Com o passar do tempo e com muitas observações, consegui entender um pouco o que os DA querem nos falar através dos gestos feitos com as mãos”. (A1).

O papel do intérprete mostrou-se durante a observação fundamental para garantir a aprendizagem dos deficientes auditivos, pois eles assumiram a função de mediadores de conhecimentos. No entanto, para encarregar-se dessa função de mediador de conhecimento, o intérprete deve ser um pesquisador, pois ao longo das aulas verificou-se que esse profissional é multidisciplinar, ou seja, eles têm que ter conhecimentos sobre vários assuntos englobados em diversas disciplinas.

No transcorrer das aulas, notou que os deficientes auditivos não demonstram dificuldades na aprendizagem dos conteúdos abordados, pois os intérpretes estavam sempre por perto para auxiliá-los.

Nas aulas observadas, pode-se analisar que há um grande envolvimento entre os alunos surdos e os intérpretes. Esse relacionamento possibilitou a motivação dos alunos surdos e a confiança deles para com os intérpretes.

Dessa maneira, percebe-se que a importância da inclusão deve ser analisada por muitos profissionais da educação, avaliando o seu papel nesse processo que envolve responsabilidade, dedicação e visão humanista.

Com relação às dificuldades de adaptação desses alunos no ensino regular, os professores disseram que não perceberam dificuldades em relação à adaptação

dos alunos com deficiência auditiva no ambiente escolar, isso porque muitos deles já frequentavam a escola, estudando um turno na instituição e o outro em uma escola especial (AADATA). Conforme relatos do professor entrevistado: “Não, isso se dá pelo fato dos alunos já estarem incluso desde os anos iniciais”. (P1).

A inclusão já vinha sendo almejada, pois a escola em parceria com a escola especial (AADATA) foi gradativamente inserindo os alunos com deficiência auditiva na escola regular, primeiramente com a proposta de interação, depois como alunos efetivos.

Quando questionado a respeito da reação dos outros alunos (colegas de classe) os professores afirmaram que não houve nenhuma reação preconceituosa, isso se deve também ao fato que esses alunos já estão inclusos na escola desde as séries iniciais. Assim para os professores a reação dos demais alunos: “Normal, pois já estão (alunos) juntos há vários anos” (P1). “Foram receptivos (os alunos)”. (P2).

Os alunos com deficiência auditiva não demonstraram dificuldade em se adaptarem ao ambiente escolar, pois já o conheciam através de visitas mediadas pela escola especial (AADATA), após o convívio com os outros alunos, os DA foram definitivamente matriculados no Centro Municipal de Ensino.

Segundo um dos professores entrevistados, quando a escola soube que participaria de um projeto de inclusão dos deficientes auditivos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, houve a preocupação por parte da direção em qualificar e capacitar os docentes da escola.

Após a capacitação desses profissionais, a direção se interessou na conscientização dos alunos sobre a importância da inclusão escolar do surdo no

ensino regular. Assim o tema foi abordado através de palestras ministradas por profissionais especializadas no assunto, como por exemplo, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos. A partir desse debate os alunos puderam salientar as suas dúvidas sobre o assunto e compreender melhor o papel da escola no desenvolvimento social e intelectual do deficiente auditivo.

No entanto, um dos educadores complementou que essa conscientização está sendo construída gradativamente, conforme observa o professor:

Percebemos que a cada dia, com o convívio com os DA, os alunos [colegas de sala dos DA], estão entendendo melhor as diferenças entre ambos, respeitando, ajudando-os e reconhecendo que eles [alunos com deficiência auditiva] têm sim algumas limitações, mas podem desenvolver-se como qualquer outra pessoa. Em minha opinião o que ainda falta é a sensibilidade, [...] de alguns docentes. (P2).

Com a relação às dificuldades, uma dos professores argumenta que “Na realidade nas aulas de Inglês os D.A (deficientes auditivos) apresentam dificuldades, mas participam na medida do possível” (P1).

Um dos professores atentou-se ao fato de que os alunos com deficiência apresentaram dificuldades em aprender línguas estrangeiras, conforme foi percebido nas observações, essa dificuldade também é percebida pelo intérprete, na questão dos conteúdos, pois exigem muito deles, principalmente o domínio do que está sendo abordado. Nesse sentido, conforme comenta um dos nossos sujeitos da pesquisa:

Vejo que os DA encontram dificuldades em aprender línguas estrangeiras, até mesmo para o intérprete é difícil assimilar as informações e depois transmiti-las aos alunos surdos. Mas,

compreendo afinal para o intérprete ser multifuncional não é algo fácil. (P1).

Percebe-se que o aprendizado do aluno com deficiência auditiva foca-se na transmissão do intérprete, ou seja, esse profissional é o mediador de conhecimento para o DA. Analisa-se que sem a participação do intérprete de língua de sinais, o aprendizado do aluno surdo estaria comprometido ou até mesmo não poderia se efetivar. Um dos professores entrevistados demonstrou a importância do intérprete na sala de aula: *“Em relação ao DA não é muito complicado manter a organização e garantir a aprendizagem, pois contamos com a ajuda dos intérpretes”*. (P1).

Nos questionários como nas entrevistas, os educadores citaram a importância do intérprete e o quanto a sua participação facilita na abordagem dos conteúdos. Porém, no discurso de um dos entrevistados pode-se observar que o professor regente acredita que o aprendizado do aluno com deficiência auditiva fica inteiramente na responsabilidade do intérprete e que ele deve se limitar a aprendizagem dos outros alunos:

Nós como professores regentes, temos que estar preparados para garantir o aprendizado a todos os alunos, mas acho que a participação do intérprete é fundamental para que os DA adquiram conhecimentos. Trabalhar em uma sala com Maria, João, José, Raimunda não é fácil, entretanto, o professor tem que apoiar-se em metodologias que atendam as necessidades de todos. Porém, sinceramente, seria difícil para o professor regente fazer com que os DA compreendessem os conteúdos abordados sem a presença dos intérpretes. (P2).

Na questão sobre como cada professor promove a interação dos alunos em sala de aula, um dos professores entrevistado afirmou que a interação dos alunos se dá com a presença do intérprete, já o outro disse que o auxílio desse profissional pode atrapalhar em alguns momentos o andamento da aula. Isto porque conforme

12

foi observado durante as oito aulas, no mês de abril de 2011, não há a interação entre o professor regente e o intérprete. (P1): “Devido ao auxílio do intérprete é um pouco difícil a questão da interação”. (P2): “Dinâmicas e participação de todos os alunos, obviamente com a ajuda do intérprete”.

De acordo com o primeiro professor, a presença do intérprete na sala de aula, acaba atrapalhando o desenvolvimento das atividades, pois na maioria das vezes os alunos deixam de prestar atenção na explicação dos conteúdos para observarem a comunicação desse profissional com os alunos com deficiência auditiva. Já para o segundo professor, a presença do intérprete é fundamental para que todos os alunos, principalmente os DA participem das atividades propostas nas aulas.

Tanto o professor quanto o intérprete devem trabalhar em equipe para que assim possam possibilitar a interação entre os alunos e garantir o aprendizado a todos.

Em relação à inclusão da pessoa com deficiências no ensino regular, os docentes entrevistados concluíram que as escolas não estão totalmente preparadas para receberem esses alunos, conforme o professor (P2): “Não, porque a estrutura, a organização é deficiente e inoperante sobre este aspecto”.

Um dos entrevistados apontou que a instituição onde trabalha está se organizando para essa adequação, o que vem ajudando nesse processo inclusivo. Já o outro educador foi enfático ao afirmar que:

As escolas públicas não estão preparadas no aspecto estrutural e até mesmo na organização, no meu ponto de vista a inclusão deve ser bem mais analisada. A instalação de rampas, banheiros e bebedouros adaptados para deficientes físicos não garantem acessibilidade a uma educação de

qualidade. Em minha opinião o que deve ser analisado primeiramente é a qualificação dos profissionais que trabalham diretamente com esses alunos. Um prédio bem equipados não garante o aprendizado. (P1).

Ao se questionados sobre a importância do intérprete na inclusão do aluno com deficiência auditiva, esses profissionais no questionário argumentaram sobre o seu papel nesse processo: “Faz o papel de voz. Auxiliando os alunos surdos e professores”. (I1); já para o (I2), a função a ser desempenhada é o de fazer o “Papel de voz, mobilizar a comunicação”.

As afirmações dos intérpretes condizem com os conceitos elencados pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no qual ressalta que “a principal função desse profissional é a interpretação da língua falada para a língua sinalizada ou vice-versa”. (MEC/SEESP, 2002, p.30).

Sobre a indagação de como eles percebem essa importância do intérprete no ensino regular, os mesmos argumentaram que: (I1): “É fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos surdos. (I2) “Sem ele não há comunicação e por vez o aprendizado fica incompleto”.

As afirmações dos educadores entrevistados reforçam os conceitos: “o intérprete tem papel fundamental na inclusão do aluno portador de deficiência auditiva”. (GOES, 1996, p.28). Pois, ele auxilia o aluno deficiente auditivo a se comunicar com os colegas de sala e com o professor, esclarecendo as dúvidas sobre o conteúdo abordado e manifestando suas opiniões.

Foi questionado aos intérpretes se apenas o domínio na Língua de Sinais seria suficiente para atuar nessa profissão, nesse sentido, os mesmos responderam que:

Libras é a base para a comunicação, porém o intérprete precisa ter domínio de todos os conteúdos escolares e a capacidade de transmitir idéias. É muito mais do que apenas fazer sinais. Requer verter de um idioma para o outro com clareza, coerência e fluência. (I1).

Deve ser uma pessoa que tenha postura profissional. Comprometida com o aprendizado, atento as necessidades, ética, fidedigno a mensagem, e saber de fato Libras com toda a sua estrutura linguística para o aprendizado concreto. (I2):

Os entrevistados enfatizam que o intérprete além de dominar a língua de sinais, deve ser um profissional imparcial, ético, comprometido com o aprendizado.

O intérprete tem que acima de tudo um profissional sem preconceitos, ser pesquisador e, principalmente amar o que faz. Pois, é através dele que os DA conhecem o que antes era desconhecido. (I2).

Com relação ao processo pedagógico, segundo as informações cedidas pelos intérpretes nas entrevistas, o processo pedagógico é construído diariamente, assim como ocorre com os demais alunos. Os conhecimentos são adquiridos no dia-a-dia, principalmente com as trocas de experiências e opiniões.

Um aspecto interessante observado foi o ensino sobre cálculos matemáticos, o intérprete utilizou as mãos para que os DA compreendessem como a multiplicação poderia ser feita e qual resultado poderia ser obtido.

Com relação às dificuldades enfrentadas e o que poderia ser feito para melhorar, os intérpretes afirmam que:

Há falta de compreensão por parte do corpo docente, sobre o papel do intérprete e das limitações dos alunos surdos. Um curso de uma formação continuada com o intuito de instruir os professores sem dúvida ajudaria muito. (I1)

Falta de entendimento por parte dos professores. Eles poderiam se interessar mais já que estamos em processo de inclusão. ((I2).

Observa-se que o papel do intérprete de língua de sinais é fundamental nessa inclusão, pois esse profissional é o mediador de conhecimento para aqueles que necessitam de uma metodologia adequada que lhes garantam uma aprendizagem de qualidade e não discriminatória.

Cabe também ressaltar que a inclusão só se concretizará no ambiente escolar quando as diferenças deixarem de ser vistas como deficiências, mas sim que todos são diferentes e merecem serem respeitados na sua especificidade, enquanto sujeito único nas suas maneiras de ser, sentir e agir. Nesse sentido, é preciso garantir de fato uma educação inclusiva, voltada para a diversidade nela existente e não para homogeneização de padrões socialmente estabelecidos na nossa sociedade. Os alunos precisam ser conhecidos individualmente pelos educadores, para que durante o processo educacional, progridam, adquiram conhecimentos, experiências que possibilitem que a sociedade seja reconstruída, minimizando os preconceitos existentes com relação ao outro, isto é, ao diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de acesso dos alunos com deficiência no ensino regular até a chamada educação inclusiva, perpassa por uma concepção de educação para todos, pautados na diversidade em relação no contexto educativo. O que podemos

concluir nesse dado momento, é que a inclusão educativa ainda se configura como um projeto de vir a ser, as políticas públicas por si só não garantem essa efetivação diante da fragmentação da prática docente, da precarização do trabalho, da proletarianização do educador, e de uma formação apropriada para lidar com as diferenças. Falamos em uma pseudo educação inclusiva, no qual o verdadeiro sentido da INCLUSÃO é esvaziada de significação, quando observamos a não dialogicidade entre intérprete e educador, quando observamos as práticas que homogeneizam as diferentes pessoas, nas metodologias aplicadas, onde não se “misturam” alunos ouvintes com os alunos com deficiência auditiva. Cabe ressaltar, que o sentido da inclusão não é esvaziado dentro da escola, mas já vem esvaziado quando não se tem as adequações necessárias para garantir uma educação inclusiva na sua totalidade.

O poder público não está fazendo a sua parte no que diz respeito a promover em todos os cursos de licenciaturas esta formação para os docentes já em exercício e aqueles que desempenharão esta atividade. O que pode ser feito então? Um trabalho contínuo de estudo, pesquisa, conscientização e politização de diversos segmentos da sociedade para que empoderados possam lutar coletivamente na defesa de melhores condições de trabalho docente, formação continuada gratuita e também pela objetivação no cotidiano dos direitos que assegurem dignidade aos alunos, professores e todos os envolvidos direta ou indiretamente com a educação formal para todos. Conquistas desta amplitude só serão conseguidas mediante uma mobilização social consciente e firme na reivindicação de dignidade, respeito e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Secretaria de Educação Especial. Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: SEESP, 1997.

_____. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo, v.9 nº 54, p. 21-27, 2001.

_____. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

FARIA, Abner Alves Borges. O Desenvolvimento Profissional da Docência para a Educação Inclusiva. 2007.30 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Cuiabá, 2007.

GOES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, autores associados, 1996.

GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: Lacerda, C.B.F. de e Góes, M.C.R. de (orgs.). Surdez: Processos Educativos e Subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000. pp. 51-84

_____. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: Anais da XIV Reunião Anual da ANPED. Disponível em www.anped.org.br, 2000c, acesso em 05/05/2011.

_____. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. E Cols. Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002. pp. 120-128. Disponível em

18

(www.udc.edu.br/CongressoEduCom.pdf), acesso em 23/11/2010, acesso em 20/12/2010.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Epu, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. A interação de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon. Editora SENAC, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
SÁ, Elizabet Dias. A Educação Inclusiva No Brasil: Sonho ou Realidade? Revista Espaço Acadêmico; Ano IX- 2002. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/>, acesso em 09/02/2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Identificação das Autoras:



NEIDE DA SILVA CAMPOS

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso
E-mail: neidinhacampos@gmail.com



SIMÉIA DE OLIVEIRA SOARES VALENTINA

Licenciada em Letras – Português/Inglês-/Unemat
E-mail: simeatga@hotmail.com